

Práticas de leitura no infográfico eletrônico: trajetos, tropeços e movimentos

Silvia Regina Nunes¹

Introdução

O modo como a mídia põe em circulação as formulações visuais na sociedade contemporânea pelos jornais, pela TV, pelo cinema, pela internet, entre outros meios, mostra a consequência de se analisar infográficos. Ao folhearmos uma revista ou jornal e navegarmos pela rede eletrônica nos deparamos com esse material cuja composição específica nos leva imediatamente a observar a diferença entre ele e outros materiais com formulação estritamente verbal. À primeira vista, sua organização peculiar nos desafia e instiga e um produtivo questionamento se constitui: *ler um infográfico é como ler um texto somente com formulação verbal?*

Problematizar as práticas de leitura do infográfico coloca questões sobre para quem se dirige este material. Isto porque seu modo de circulação, seja na rede eletrônica, seja nas bancas de jornal e revistas, nas salas dos consultórios de médicos, dentistas ou de cabeleireiros, na biblioteca da escola, etc. produz um efeito-leitor demandado por uma prática de leitura que não tem mais sua sustentação somente na formulação verbal. Tal efeito-leitor convoca modos de ler que estão ancorados no efeito de rapidez e velocidade produzido pelo imaginário de tempo escasso que circula na sociedade. E então outro questionamento se impõe: *o infográfico tornaria a leitura mais rápida?*

Apresentamos aqui algumas compreensões produzidas em nossa pesquisa de doutorado com a finalidade de mostrar o movimento de leitura em infográficos eletrônicos. Podemos dizer que o infográfico é um material que abriga a emergência sócio-histórica da imbricação material (LAGAZZI, 2009) no impresso e no eletrônico, ou seja, ele constitui-se num espaço de interpretação singular para a análise dos modos de ler.

Sobre princípios e procedimentos: relações entre discurso e informática

¹ Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e-mail: silvianunes@unemat.br

Em *Análise sintática e paráfrase discursiva*, Pêcheux (2011a) explicita brevemente os princípios e procedimentos que permearam o trabalho discursivo na constituição da AAD-69. O autor focaliza o modo como o tratamento dos *corpora* foi pensado na AAD-69, principalmente no que se refere ao procedimento algorítmico². A necessidade de se trabalhar a partir de um sistema de corpus laminado e heterogêneo que reconstruiria um arquivo textual é destacada e definida no procedimento do que ele chama de “técnica” de corpus. A noção de processo discursivo que colocaria várias sequências em relação também é fundamental.

O autor cita, então, as etapas do tratamento dos *corpora*, colocando a delimitação das sequências discursivas autônomas (SDA) com dimensão superior a uma frase, como essencial, visto que esse primeiro procedimento teria como objetivo a deslinearização e o tratamento das SDAs, pelo algoritmo, como entidades independentes, ou seja, a organização de tais sequências se constituiria como unidade máxima de comparação.

O autor destina à paráfrase sintática, ponto em que a discursividade está diretamente ligada à sintaxe, um papel particular no que ele designa como “algoritmo da análise de discurso”, que funcionaria na forma específica de “solicitações sintáticas de paráfrases”. O autor coloca que as ligações horizontais e as paráfrases sintáticas, são, nesta medida, “aspectos da análise sintática que ultrapassam a problemática estritamente linguística para abordar questões de ordem discursiva”. Isto porque, de um lado, as ligações horizontais guardariam traços do fio discursivo e de outro porque a paráfrase sintática permitiria aproximar estruturas sem fazer apelo ao sentido. Nesta relação, o autor adverte que a questão do sentido não interviria “na análise sintática, mas, sobretudo, no momento da interpretação dos resultados”. (pp. 168-169).

Em relação especificamente à paráfrase discursiva, o autor aponta dois tipos que estariam em funcionamento: a paráfrase sintática com identidade lexical e variação de tipo sintático e a paráfrase de estrutura sintática fixa e variação lexical; em seguida, ele alude a mais um tipo que seria misto e se caracterizaria pela combinação das variações dos dois tipos precedentes.

² Comumente um algoritmo pode ser considerado como a organização de passos necessários para realizar uma tarefa. A Ciência da Computação o classifica como: recursivo ou iterativo, lógico, serial ou paralelo, determinístico ou não determinístico, exato ou aproximado, entre outros. É possível ver já nestas formas de designação o jogo opositivo instaurado.

Frisamos, nessa breve descrição dos procedimentos informáticos da AAD, o modo como Pêcheux desloca a função do algoritmo constituído num modo estritamente técnico e/ou opositivo, próprio do campo lógico da informática, para um modo discursivo de funcionamento, o qual teria sua sustentação nas relações que as SDAs, as ligações horizontais e as paráfrases sintáticas manteriam, nos eixos sintagmáticos e paradigmáticos, umas com as outras. A noção de relação a_ tomada de Canguilhem (conf. PÊCHEUX, 1994) estaria sempre na base destes processos discursivos, mesmo os informatizados.

No primado da relação sobre a segmentação e o trabalho com palavras-pivô (prática criticada por Pêcheux), o autor aponta a possibilidade de sustentar argumentativamente, apoiado no terreno da informática:

(...) a tese segundo a qual as ambiguidades, metáforas e deslizamentos próprios às línguas naturais são propriedades incontornáveis do campo da análise de discurso, que se diferencia por essa razão mesma de toda perspectiva estritamente informacional, documentária ou “intelectiva”. Um corpus de arquivo textual não é um “banco de dados”. (PÊCHEUX, 2011a, p. 281)

O autor observa que uma recusa histórica de qualquer linguagem lógica de representação a priori parece cada vez mais justificada no domínio da informática das ciências humanas, uma vez que há um alargamento (uma entrada) cada vez maior das “línguas lógicas de referentes unívocos, importadas do domínio das ciências naturais, das tecnologias industriais ou dos dispositivos de gestão-controle administrativos”. Contudo, a análise de discurso informatizada não se renderia às evidências empíricas de leitura, ou seja, não seria possível fazer uma “teologia da estrutura escorada em uma concepção ortopédica do conhecimento”, isto é, “a informática como uma prótese de leitura, como máquina de lavar dos textos, aparelho de raio X!”. (p. 282).

Em *Análise de discurso e informática*, Pêcheux (2011b) pontua questões concernentes à leitura observando a relação entre a análise de textos - que se ocuparia dos procedimentos informáticos realizando análises de conteúdo e produzindo, assim, um modo de “leitura artificial”, e ao modo pelo qual a constituição da análise automática de discurso viria estabelecer uma relação diferente com tais procedimentos informáticos. A produção de algoritmos no espaço da AAD, conforme salientamos acima, é um ponto fundamental que mostra o deslocamento realizado pelo autor na relação com a informática. A problemática da leitura aparece fortemente em torno da

questão da ideologia e em particular da leitura do que são designados, naquela época na França, como discursos ideológicos. É importante lembrar que o movimento estruturalista fazia frente, em relação à leitura, às concepções dominantes na época, tais como a hermenêutica literária espiritualista (práticas espontâneas da leitura sustentadas na leitura empírico-lógicas da análise de conteúdo), como também ao objetivismo quantitativo (na forma das teorias da informação e das estatísticas e mais atualmente das matemáticas). Foi então no e pelo movimento estruturalista que se abriram as questões sobre a leitura promovendo uma mexida que até hoje ainda deriva seus efeitos contraditórios.

Pêcheux (2011b) passa a descrever os procedimentos informáticos, que pensados heurísticamente, foram a mola propulsora nesse processo de deslocar o modo de compreensão do estatuto da leitura. Em tal empreendimento, o autor também aponta a existência de uma relação produtiva com o procedimento harrisiano, uma vez que se:

(...) o sentido de uma superfície textual existe no jogo das relações (de equivalência, comutação, paráfrase...) que se estabelecem necessariamente entre ela e outras superfícies textuais específicas, ocorre que o estudo dos processos discursivos (inerentes à estrutura subjacente a estudar) supõe a referência aos conjuntos de superfícies (ou “corpora discursivos”) que o dispositivo informático terá por efeito de colocar em estado de auto-paráfrase potencial, para interrogá-lo sobre a estrutura, generalizando os corpora assim encontrados por suas “condições (sócio-históricas) de produção”. (p.278).

A leitura é um acontecimento que demanda questionamentos por seu funcionamento fluido, inapreensível em sua totalidade. A pergunta de Pêcheux ressoa, incontornavelmente, ainda após mais de três décadas: o que é ler? Isto quer dizer que, mesmo nas condições de produção da vida digital, mesmo com a emergência das atuais tecnologias de linguagem, as quais modificam a relação do sujeito com suas condições histórico-sociais de existência, uma questão que permanece sempre em aberto. E por quê? Porque ler é interpretar, e o sujeito não tem como não significar. Face a um objeto simbólico, o sujeito é levado a dizer o que ele significa havendo "assim injunção à interpretação" (ORLANDI, 2001, p.22). E essa injunção é nossa ferida narcísica, aquela que lateja constantemente nos impelindo sempre em direção aos sentidos, a atribuir sentidos. É no movimento de pensar o que é ler-interpretar que observamos o funcionamento do infográfico na mídia impressa e eletrônica: sua constituição, sua

formulação e sua circulação (ORLANDI, 2005) e os efeitos desse processo em relação às práticas contemporâneas de leitura na sociedade.

Em “Discurso: estrutura e acontecimento”, Pêcheux (2006) mostra como é possível apreender, a partir da análise do enunciado on a gagné, o “estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (p. 28). Sempre questionando o funcionamento dos universos logicamente estabilizados, o autor mostra como a conjunção entre as técnicas materiais (gráficos) e as técnicas de gestão social dos indivíduos (estatística) “repousam, em seu funcionamento discursivo interno”, sobre uma proibição da interpretação. Tal proibição funciona sob o modo da oposição, ou seja, “implicando o uso regulado de proposições lógicas (Verdadeiro ou Falso) com interrogações disjuntivas (“o estado de coisas” é A ou não-A?)” e nublando a alteridade constitutiva do discurso. O efeito decorrente do funcionamento desse universo logicamente estabilizado é o de saber do que se fala, “porque todo enunciado produzido nestes espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação”.

O Estado e as instituições funcionariam como pólos privilegiados de resposta à necessidade de “um mundo semanticamente normal” (p. 34). No caso do infográfico, a imprensa, enquanto instituição (MARIANI, 1999), forneceria as respostas à sociedade que, na demanda pelo logicamente estabilizado, constituir-se-ia enquanto logicamente feliz por ter coisas-a-saber e por buscar preencher essa falta de saber através de informações sempre tão disponíveis pela mídia. Isto porque, de acordo com Pêcheux (2006), as coisas-a-saber representam tudo o que arrisca faltar à felicidade do sujeito pragmático.

O modo como funcionam no efeito de evidência disciplinas como a lógica, a matemática e a estatística é significativo para a compreensão de como as necessidades da sociedade são produzidas como sendo “inequívocas”, pois para Pêcheux (2006) ao invés de necessidades inequívocas, historicamente, a humanidade foi sendo estruturada por vários sistemas ideológicos de racionalidade como a escolástica aristotélica, o rigor positivo e o Direito (como corpo de proposições).

Em nosso percurso de pesquisa vimos necessidade de compreender as relações estabelecidas entre a informática e o discurso e também entre o modo de circulação impressa e o de circulação eletrônica do infográfico. Ao invés de nos pautarmos pelas

diferenças técnicas entre os dois modos de formulação e circulação, como geralmente os estudiosos da área de arquivística, comunicação e *design* fazem, temos como objetivo, a partir do discurso jornalístico, dar visibilidade ao modo como o infográfico fica significado nessa intrincada relação. Isto porque, segundo Orlandi (2008), “um sentido é como ele se constitui como se formula e como circula” e sendo assim, o modo como funciona a circulação do impresso e do eletrônico produz consequências sobre o modo como se formula um infográfico.

Tramas, movimentos e tropeços na textualidade infográfica eletrônica

Mesmo sendo comum a reversibilidade de sentidos entre documento eletrônico e documento digital, do ponto de vista tecnológico existe uma diferença, ou seja, um documento eletrônico seria acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico (aparelho de videocassete, filmadora, computador) e poderia ser registrado e codificado em forma analógica ou em dígitos binários. Um documento digital (texto em PDF, planilha de cálculo em Excel, áudio em MP3, etc.), contudo, seria um documento eletrônico caracterizado pela codificação em dígitos binários, mas acessado por meio de sistema computacional. Seria possível dizer, então, que todo documento digital é eletrônico, mas nem todo documento eletrônico é digital. Como o infográfico encerra uma gama de formas significantes, utilizamos a noção de eletrônico para nos referirmos aos modos de sua circulação.

Durante as últimas décadas, muito se discutiu sobre uma possível substituição do impresso pelo eletrônico no jornalismo, contudo não é demais lembrar que mudanças são inevitáveis e que o próprio movimento histórico dos meios de comunicação pode nos afastar dessa noção apocalíptica que sustenta a relação impresso-digital em sua forma deslizante real-virtual. Lembramos os acontecimentos históricos do rádio e do cinema, por exemplo, em relação à televisão, ou da própria televisão aberta em relação à TV a cabo e/ou o satélite. Na maioria das vezes, não houve uma substituição maciça de um pelo outro, mas sim uma reconfiguração de funcionamento por causa das condições materiais de existência da sociedade. Não é possível dizer, portanto, que o jornalismo impresso seria ou será destituído pelo eletrônico, mas sim que, devido a uma demanda social diferente, ele tem um funcionamento outro.

O infográfico eletrônico surge praticamente junto com o jornalismo *online*. Primeiro a partir de reproduções estáticas da mídia impressa para, em seguida,

incorporar as características da rede. Inicialmente o jornal impresso era apenas transposto para o digital, em seguida o jornalismo eletrônico começou a utilizar o *link* hipertextual, e só recentemente se tornou webjornalismo, ou seja, passou a incorporar, integralmente, os avanços técnicos da Internet. Alguns autores falam em infografia multimídia, isto é, aquela que efetivamente utiliza, além da imagem e do texto escrito, recursos de áudio e/ou vídeo para informar. Haveria, também, as infografias animadas que são aquelas que apresentam movimento nas imagens. Um exemplo seria o de mapas que se abrem em *pop ups*, por exemplo, a partir de cliques específicos ou cores que se intercalam em gráficos de barra ou afins. Há, também, imagens em 3D que giram na tela proporcionando uma visão panorâmica de algo e mostrando em detalhes seu funcionamento.

As mudanças que ocorreram na passagem do impresso ao eletrônico (digital), foram possíveis, em grande parte, pelo desenvolvimento de softwares e de recursos técnicos, tais como os que aumentaram a velocidade de navegação. É a velocidade de navegação que permite, por exemplo, que um aplicativo como o Flash (software de animação) seja utilizado na infografia e lhe imprima o movimento. A cobertura da queda das torres do World Trade Center, em 2001 é um belo exemplo de infográfico que desencadeou a utilização do Flash. Vários infográficos, em vários sites, foram produzidos sobre esse acontecimento dando a possibilidade ao leitor de avançar e-ou retroceder, através de cliques em *links* específicos, na visualização das imagens.

A infografia impressa conta com formas significantes tais como texto, gráfico, ilustração, mapa e foto, já no formato eletrônico-digital são incorporados, além das formas do impresso, o vídeo, o áudio e a animação. Chartier (2005), contudo, afirma que “a textualidade eletrônica, o mundo do computador, o mundo numérico apropriou-se de muitas imagens ou palavras que vêm da cultura impressa”. Como exemplo dessa apropriação, o autor cita a palavra “páginas” existentes nos textos eletrônicos, mesmo quando a definição de página (no eletrônico) não tem nada a ver com o espaço branco, cercado, fechado, definido, da página do livro impresso. Lembra também a palavra “imprimir” no modo como circula para os textos eletrônicos.

Segundo o autor, estariam voltando, com as novas tecnologias, práticas já instauradas na escrita, mas que potencializadas retornariam sobre a escrita. Uma delas seria seu caráter interativo, pois a técnica eletrônica acostumar-se-ia à intervenção do leitor no texto, não somente nas suas margens, mas também dentro do texto (isto quando o

texto não está fechado, protegido por *securities*). Para Chartier (2005) o leitor se acostumaria ao diálogo, a uma relação com o texto bem diferente da com o texto impresso, pois seria uma relação deslocada em que o eletrônico permitiria uma abertura maior em relação à própria formulação textual.

Discursivamente, contudo, não seria possível existir um caráter interativo calcado no diálogo. Pensamos que a possibilidade de uma relação interativa se constitui através de práticas realizadas por sujeitos que ocupam certas posições na relação com um determinado processo de significação. Assim, as concepções sustentadas no efeito de evidência da instrumentalidade da linguagem e da literalidade dos sentidos nublam a heterogeneidade constitutiva do discurso, ou seja, estancam a constituição de um espaço de circulação de sentidos em que os sujeitos signifiquem em suas práticas. Nessa direção, questionamos se somente a constituição do eletrônico deslocaria a relação do leitor com *as coisas a saber* por conta de que o eletrônico permitiria uma “maior” abertura para a formulação textual. Reduzir questões complexas a uma ordem do eletrônico é justamente nublar o funcionamento do discurso, é sobredeterminar as condições materiais de existência do sujeito pelo apelo à instrumentalidade do tecnológico.

Muito mais do que as aporias da relação entre impresso-eletrônico, o que está em pauta, pelo menos em relação à textualidade infográfica, são seus efeitos nas práticas de leitura. Retomando questões de constituição, formulação e circulação dos sentidos para especificar o modo como a função-autor se constitui e discutir seu estatuto na relação com a autoria no discurso científico (especificamente o caso da grilagem intelectual) e as políticas científicas, Orlandi (2009) traz produtivas questões sobre a versão. No discurso do infográfico, os efeitos de sentidos produzidos na forma impressa ou na forma eletrônica são determinados por suas diferentes versões, pois “todo sítio de significação é passível de ser trabalhado por muitas formulações (versões)”. Assim, a versão de um infográfico impresso pode conter elementos significantes da versão do infográfico eletrônico e vice versa. E há várias revistas e jornais que colocam em circulação as duas versões. A diferença entre elas é tênue e difícil de delimitar.

Enquanto a versão impressa é formulada para ser visualizada no conjunto, quer dizer, as informações são apresentadas de uma só vez no mesmo espaço significativo pelo imbricamento verbo-visual, a versão eletrônica incorpora, além do imbricamento verbal-visual, outros elementos significantes como o som e o vídeo, elementos que não

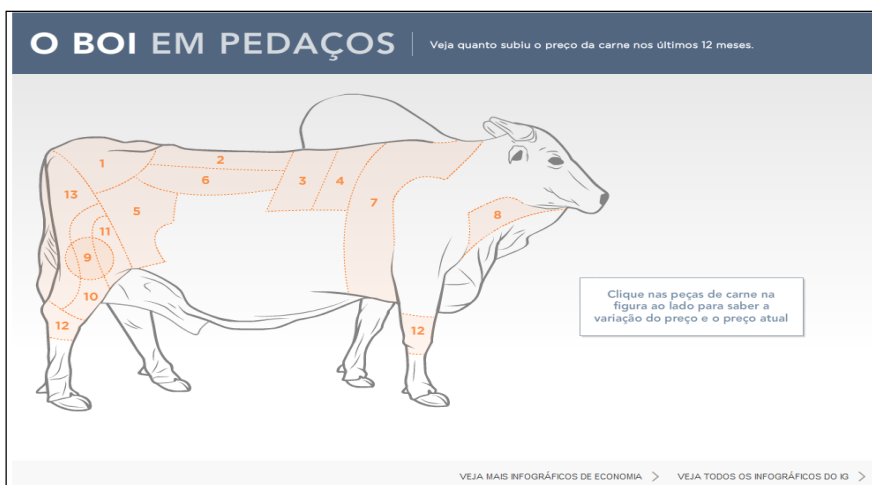
tem a possibilidade de circularem na versão impressa, mas somente na eletrônica. A possibilidade do movimento também integra a versão eletrônica. A imagem em movimento é estruturante de mídias visuais como a TV e o cinema, porém nos interessa observar como o infográfico eletrônico funciona numa relação que marca a diferença entre o impresso e o eletrônico. Além dos elementos significantes tais como som e vídeo incorporados à versão eletrônica, esta ainda pode conter *links*, o que instaura o movimento do infográfico, demandado pela injunção clique-*link*³ para seu funcionamento.

A análise do infográfico *O boi em pedaços* mostra-nos o modo como a textualidade infográfica é constituída na versão eletrônica e como a relação clique-*link* nesse funcionamento é determinante, pois a incorporação de elementos que possibilitam a movimentação do infográfico instaura efeitos de leitura diferentes daquele da formulação impressa.

Abaixo mostramos o infográfico em estado potencial de leitura, ou seja, pronto para ser posto em movimento pela relação clique-*link*. No primeiro quadro observamos os cortes de carne organizados numericamente, e tal forma de organização produz efeitos de ordenação, pois uma memória numérica é atualizada nesta formulação. A produção do efeito-leitor neste movimento é determinante para a compreensão da hierarquia proposta para os tipos de carne que serão apresentados com variação de preço. A projeção deste leitor pauta-se no imaginário escolarizado, naquele que (re)conhece o funcionamento da ordenação numérica, seja cardinal ou ordinal. Num quadro à direita há a indicação de que o leitor deve clicar nas peças de carne para saber a variação do preço e o preço atual dos cortes. É pelos cliques que se estabelecem os trajetos de leitura para o infográfico e a cada clique no *link*-corte podemos observar a produção de efeitos de relevância (que é também uma ordenação do dizer!) e de síntese (pela formulação estatística)⁴.

³ Sustentamos que há uma injunção a se clicar em *links*, conf. NUNES, Silvia Regina. *A injunção clique-link como forma material no infográfico eletrônico: trajetos de leitura*. Disponível em <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/5SEAD/SIMPOSIOS/SilviaReginaNunes.pdf>

⁴ Constituímos em nossa tese a noção de movimento de esquematização que estrutura o funcionamento do infográfico. Nesse movimento foi possível visualizar alguns efeitos tais como o de ordenação, síntese e relevância.



<http://economia.ig.com.br/preco+da+carne+deve+se+manter+em+alta+por+mais+dois+anos/n1238096395769.html> **Figura 1** – Infográfico sem ser clicado.

O infográfico compõe uma reportagem que explica os motivos pelos quais o preço da carne bovina se mantém alto por um período maior que dois anos, a partir de informações fornecidas por especialistas. Coloca-se a demanda pela carne bovina como responsável principal pelo aumento de preço, tendo o baixo nível de desemprego, o aumento da renda média da população e o apetite da população como coadjuvantes nesse processo. Como consequência haveria a escassez da matéria-prima e o aumento dos preços.

Vários argumentos ancorados em dados estatísticos são mobilizados para explicar como o ciclo ocorre, por exemplo: “para cada 1% de aumento na renda, o consumo de carne cresce 0,5%”; “Projetamos uma alta da carne em torno de 2% no IPCA de 2011”. Tais argumentos são mobilizados para explicitar o que os especialistas designam como ciclo agropecuário, ou seja, um ciclo de aproximadamente três anos que compreende as etapas de nascimento do bezerro, época de desmame, engorda e consequente abate dos animais. Os especialistas atribuem à crise econômica mundial, desencadeada em 2008, a existência de uma oscilação no ciclo. Oscilação que seria causada por um possível atraso no aumento da procura provocado pelo contingenciamento de gastos próprios da crise. A esse processo os especialistas designaram como “desequilíbrio do mercado nacional”. Contudo, não haveria somente desequilíbrio interno, pois a demanda mundial também aumentou no período e vários outros países estariam na mesma situação.

A alta das *commodities* também seria uma das responsáveis pelo desequilíbrio, uma vez que o grão de soja - que responde por cerca de 70% da alimentação de animais

como o frango e o suíno - estaria com seu preço inflacionado, o que impediria a substituição da carne bovina por estes tipos de carne que seriam mais baratos.

Outros argumentos ainda são colocados para mostrar a oscilação do mercado interno, um deles refere-se às exportações que aumentaram 16% em 2010 “saltando de US\$ 4,118 bilhões em 2009, para US\$ 4,795 bilhões” em 2010. A isto associam informações sobre o volume de carne nos embarques, que teria sido reduzido. A explicação para isto é que, apesar do aumento do lucro, o setor não teria superado o *record* histórico de produção do ano de 2008, mas se beneficiado da alta do dólar em 18% no período.

O infográfico *O boi em pedaços* foi produzido para mostrar e identificar quais os cortes bovinos foram mais afetados pela alta dos preços. Para saber “quanto subiu o preço da carne nos últimos 12 meses” são mostradas as divisões dos cortes de carne que estão ordenadas por uma numeração crescente, por exemplo: 1 – Picanha, 2 – Contrafilé, 3 – Filé de costela... e dão visibilidade à informações estatísticas na forma de gráficos que mostram a variação do preço de cada corte nos últimos doze meses, ou seja, de janeiro de 2010 a janeiro de 2011. O corte de picanha, por exemplo, teria uma variação de 42,53% no período:

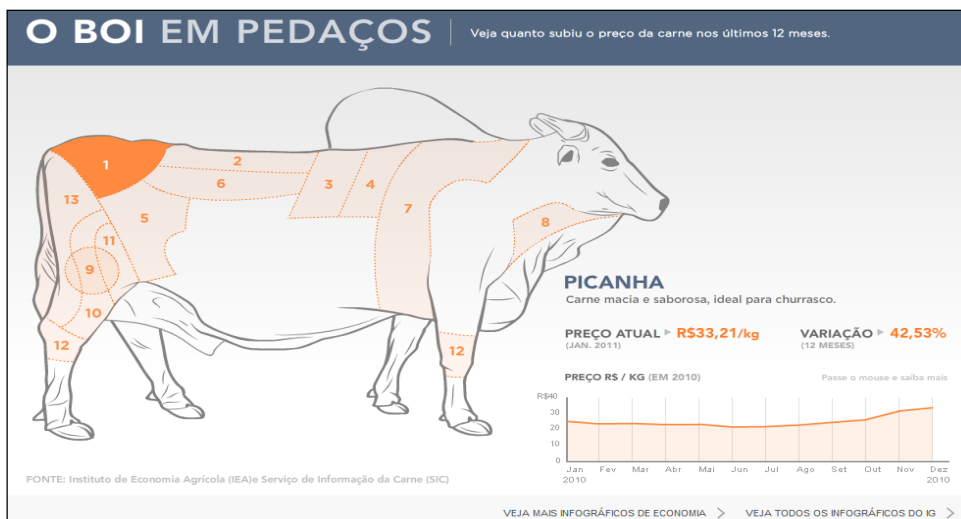


Figura 02 - Infográfico com o corte número 1- Picanha, clicado.

Na explicação de cada corte, além da variação do preço, são especificados, também, o preço atual e uma definição de cada corte, conforme a seguir:

“Picanha: carne macia e saborosa, ideal para churrasco, preço atual R\$33,21/kg”;

“Contrafilé: para bifés, rosbifés e assados, preço atual R\$20,34/kg”.

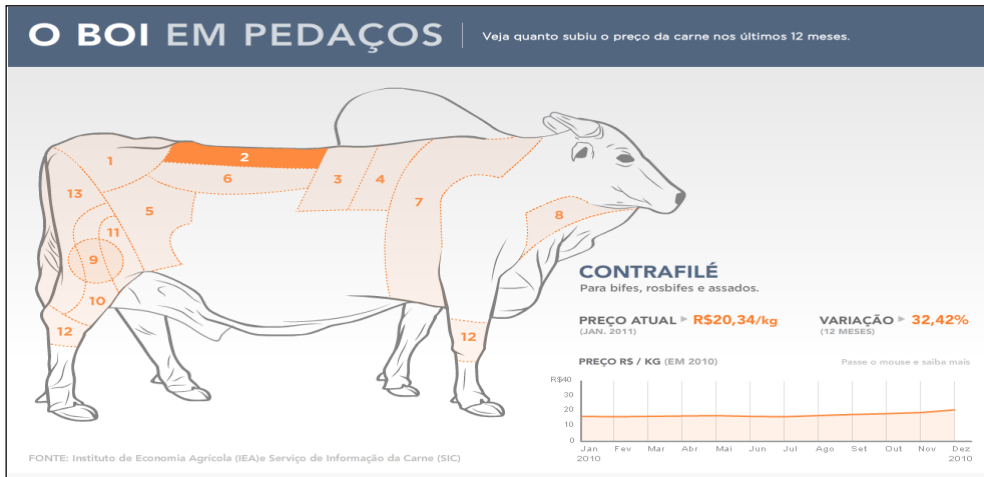


Figura 03

Alguns cortes apresentam informações sobre a qualidade da carne: macia, saborosa, fibras grossas e duras, etc., enquanto outros se referem apenas a utilidade da carne: “para bifés”, “corte utilizado para carne de panela...”, etc.

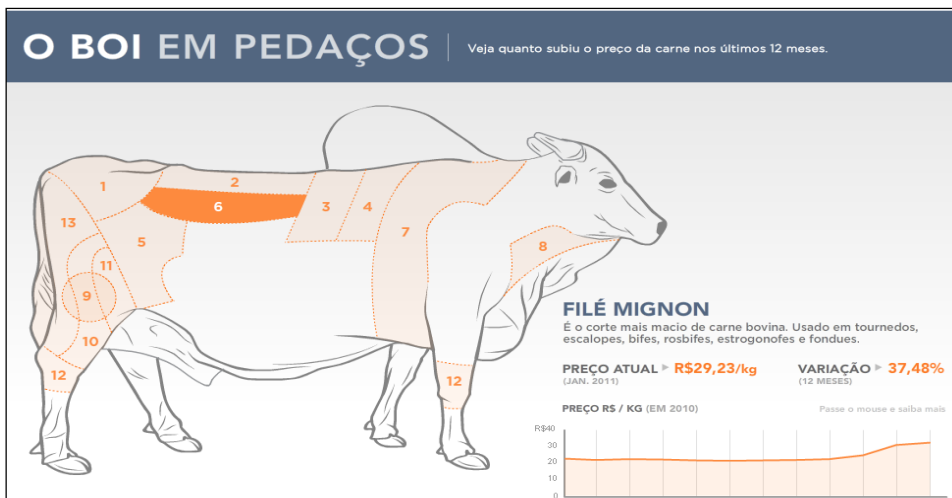


Figura 04

É o gesto de clicar nos *links*-corte que possibilita a abertura de uma página em que estão os gráficos mostrando os dados estatísticos referentes a variação dos preços. Essa relação injuntiva de clicar no *link* produz efeitos de controle sobre o trajeto de leitura. A textualidade infográfica produz, então, um efeito de leitura que demandaria uma prática específica pondo em relação o leitor e o material, prática que seria

produzida pelo gesto de clicar nos *links*. Contudo, as informações disponibilizadas nas páginas acessadas já estão previamente organizadas e, nessas condições, ao leitor é permitido ler o que está formulado e que ficará acessí(á)vel pela iminência do clicar.

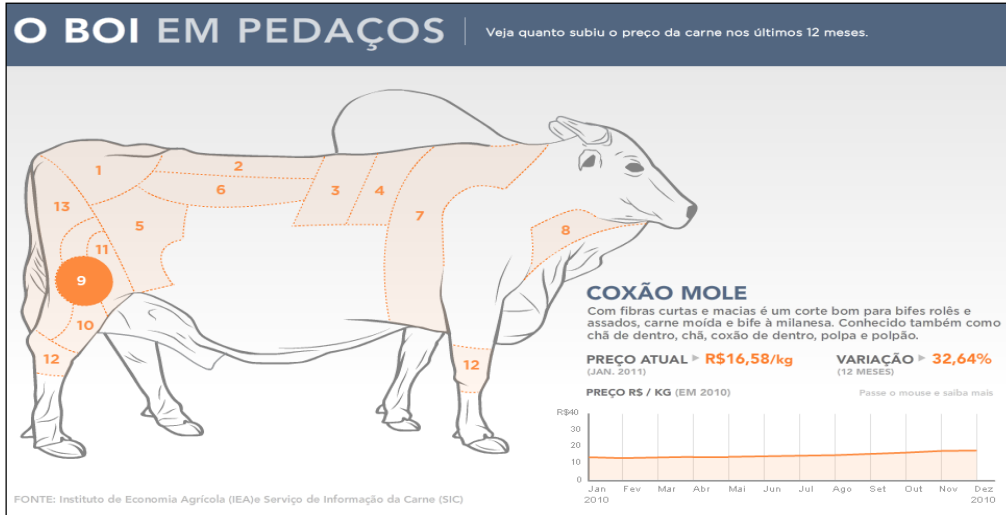


Figura 05

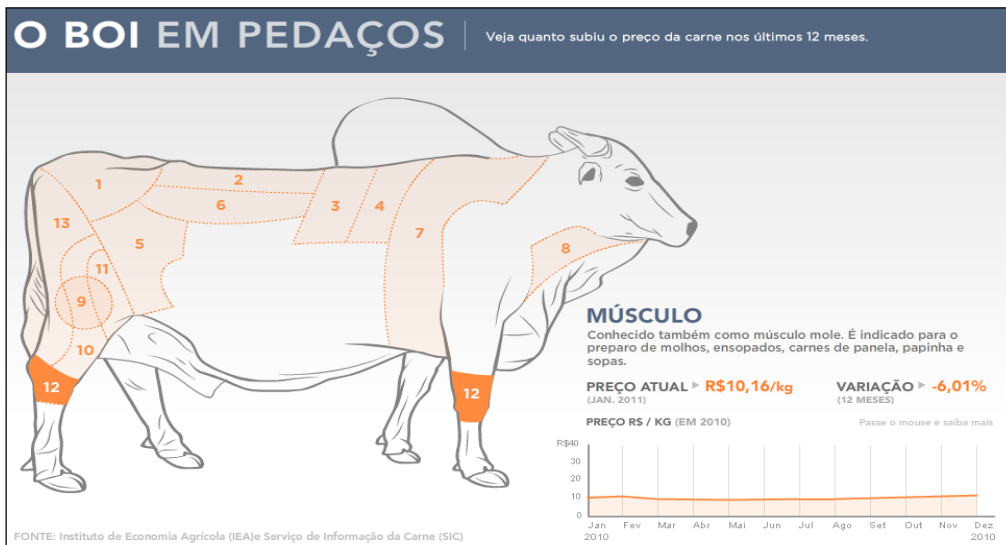


Figura 06

O que descrevemos acima se sustenta no efeito de evidência do conteúdo e na imaginária racionalidade do sujeito pragmático. No caso específico desta análise o jogo entre procedimentos explicativos e argumentativos reiterados na relação entre a formulação verbal e a visual produzem efeitos de relevância, síntese e ordenação. Os procedimentos explicativos e argumentativos se ancoram no que Orlandi (1998) sustenta sobre a argumentação. Para a autora, diferentemente do que se postula na Pragmática (intencionalidade), a argumentação, pensada discursivamente, tem na

relação com as noções de antecipação (sustentada pelo funcionamento das formações imaginárias) e de esquecimento (ligada ao interdiscurso) o seu funcionamento. Assim, segundo a autora: “Argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens. Que se trate de transformar o ouvinte ou de identificar-se a ele, a antecipação joga a partir das diferentes instâncias dos processos discursivos (...)”. (p. 77).

O jogo discursivo entre explicação e argumentação compõe a textualidade infográfica, visto que a produção de um efeito de leitura que joga com um discurso do que se deveria ou não saber-dizer sobre as coisas aí se constitui. Mariani (1999) sustenta a ocorrência desse funcionamento quando problematiza uma “natureza para a informação” atribuída à imprensa. A imprensa jogaria “no interior da própria ilusão que sustenta o mito da informatividade para poder dizer/relatar o que lhe interessa”. Na alegação do compromisso com a verdade a imprensa fingiria não contribuir na construção das evidências atuando, assim, no mecanismo ideológico de produção das aparências de obviedade. “Dai o seu caráter ideológico e não um pretense compromisso com a verdade” (p. 60). O jogo entre explicar a argumentar, desta forma, administra as práticas de leitura, ou seja, produz efeitos de leitura sustentados na evidência da falta de informação.

São constituídos, simultaneamente nesse processo, efeitos de relevância, síntese e ordenação. No modo deontológico como é formulado para o que se destinariam os cortes das carnes se materializa uma maneira prescritiva de enunciar sobre o modo de alimentação, e então é possível compreender a produção de efeitos de relevância. A formulação verbal, ancorada nos verbos “ser” e “poder” - é x, pode (ser) y - mostra o funcionamento:

“COXÃO DURO - Corte utilizado para carnes de panela, bife rolê e ensopados. Moído, **pode ser** usado para hambúrgueres, almôndegas e croquetes.”

“FILÉ DE COSTELA – Corte com fibras mais duras, **é usado** em churrasco ou cozido. Quando apresentado com osso, **é chamado** de bisteca ou chuleta”.

“LAGARTO – Também conhecido como lagarto redondo. Preparo típico é a carne de panela, carne desfiada (carne louca) **podendo ainda ser usado** em assados e rosbifes.”

No movimento entre o que se diz e o que não se diz se constitui uma diferença entre dizer X para não (deixar) dizer Y. Logo, o enunciado prescritivo produz efeito de

relevância ao enunciar como algo poderia ser usado, visto que recorta (seleciona) o que “julga” ser mais importante e escamoteia o que define como não sendo. Poderíamos questionar a formulação verbal olhando para outras questões que estão silenciadas: qual a porcentagem da população que come carne diariamente? quais cortes se destinam a que grupos sociais? quem come picanha e filé mignon? O efeito de relevância se constitui no gesto que silencia a existência de outras formas possíveis de se entender o intrincado processo entre as relações de produção e as forças produtivas.

Os efeitos de síntese e de ordenação são produzidos na formulação visual marcada pelos gráficos estatísticos e pela numeração das divisões.

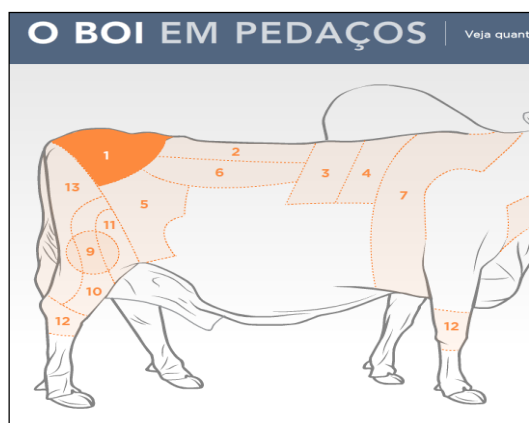


Figura 07 - (ordenação numérica)

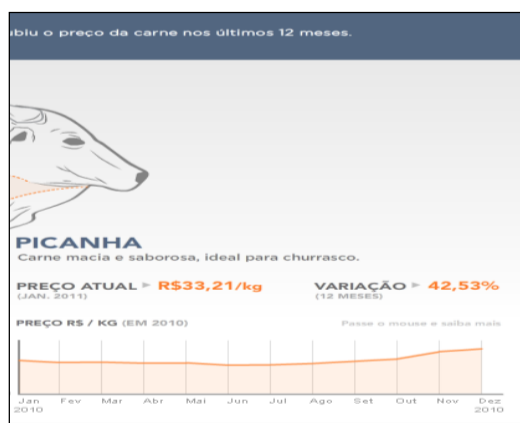


Figura 08 - (gráfico estatístico)

A formulação visual é administrada por procedimentos argumentativos que se materializam no gesto de mostrar, ou seja, uma textualização pelo mostrar é garantida pela repetição do gesto de clicar nos *links*-cortes para se informar da variação do preço da carne bovina, visto que a formulação estatística aparece pelo gesto de clicar. Tal repetição conformaria sentidos estabilizados sobre a variação do preço da carne, uma vez que os dados disponibilizados nos gráficos ao mesmo tempo em que sintetizam as informações sobre tais variações, também produzem efeitos de prova para o que se enuncia. Porém, nesse mesmo processo regido pela repetição alguma coisa escapa.

Algumas considerações

É d(n)esse escape que gostaríamos de especificar nosso gesto de compreensão, uma vez que na textualidade infográfica seria possível escutar outras formulações além das que se mostram na produção dos efeitos de relevância, síntese e ordenação. Tomando o enunciado: “Com o desemprego nos menores níveis da história do País e a renda média da população avançando, o apetite do consumidor brasileiro pelos cortes de

carne bovina vem aumentando”, vemos se produzir um efeito de evidência de uma demanda pela mercadoria (no caso a carne bovina) que decorreria do aumento do poder aquisitivo da população, contudo é possível questionar: quem comeria qual corte? O efeito de evidência sustenta uma política de consumo que tem sua ancoragem no modo como é estruturada a sociedade capitalista, seja com a imaginária possibilidade da livre circulação das mercadorias no processo de sua produção, seja com a imaginária liberdade do sujeito nas formas que estruturam as relações sociais.

A forma como a variação do preço da carne bovina é formulada na textualidade infográfica já a significa como um produto cuja demanda estaria naturalizada na relação com o imaginário aumento do poder aquisitivo da população. A variação do preço dos cortes nobres como picanha, alcatra e filé mignon seriam maiores (42,53%, 42,38%, 37,48% respectivamente) do que o dos outros cortes “menos-nobres”.

O movimento é reiterado na textualidade infográfica, pois há constante repetição de que os cortes designados como nobres são os melhores e mais saborosos, contudo também os mais caros. Os efeitos de sentido de que os cortes nobres são melhores e mais saborosos produzem uma naturalização para a compra/consumo destes cortes. Nesse sentido, contrariando a afirmação de que a variação do preço ocorreria somente por causa da oscilação do ciclo agropecuário, pelo aumento da demanda ocasionada pelo aumento do poder aquisitivo, ou, ainda, pelas exportações e alta das *comodities*. Seriam, então, os sentidos já circulantes sobre o sabor e textura dos cortes que sustentariam os argumentos textualizados no infográfico.

Como bem frisa Pêcheux (1990) não há ritual sem falhas, desmaios ou rachaduras. Conforme já referimos, do mesmo modo que a textualidade infográfica é produzida na injunção à administração dos sentidos, num mesmo movimento vários processos ficam apagados e, deste modo, o que fica à margem no discurso infográfico também significa em sua textualidade.

A formulação estatística que aparece repetidamente na forma de “dados objetivos” na maneira como mostra a variação dos preços da carne bovina produzindo efeitos de síntese - que estancariam a interpretação - não consegue conter os sentidos já circulantes na sociedade sobre o que seria uma “boa” carne (nobre e cara). A numeração dos cortes que produz efeitos de ordenação aponta também para falhas na estabilidade da esquematização, pois ao selecionar a picanha como o primeiro corte, o contrafilé como segundo, por exemplo, poderíamos questionar porque não se numerou o músculo

como primeiro e o lagarto como segundo. Concomitante ao efeito de ordenação um efeito de relevância se produz nesse movimento, visto a seleção dos cortes designados como nobres aparecem nos primeiros lugares.

Assim, no que assombra a estabilidade da textualidade infográfica podemos elencar: as condições de produção da mercadoria, ou seja, da carne bovina, mas não só suas condições determinadas pela oscilação do ciclo agropecuário que se ancora num funcionamento estabilizado pelo biológico-natural, mas as condições histórico-sociais tais como a (falta de) política estatal de incentivo ao agronegócio, as relações de trabalho (relação patrão-empregado) que permeiam esse processo, os movimentos sociais que se constituem transversalmente ao tema do consumo (especificamente na relação com a agroindústria) como, por exemplo, o discurso ambiental (injustivamente a militância vegetariana), o da agricultura familiar (relação latifundiário-pequenos proprietários; sem-terra), e principalmente a questão da fome. Diante da reiteração do dizer sobre a carne, um arsenal de relações sociais fica suspenso no modo como a textualização infográfica organiza o processo de produção agropecuário. Imaginariamente as informações são produzidas para a sociedade, contudo esta sociedade é reduzida a uma sociedade hierarquizada que tem na relação de forças seu funcionamento estruturante.

O que a formulação infográfica tenta conter é a contradição, ou seja, a tentativa da garantia da estabilidade dos sentidos fica atrelada ao modo como são mostradas as provas (gráficos estatísticos) da variação do preço da carne, o que produz o efeito de verdade que nubla a visibilidade da contradição.

O modo como esta rede de relações emerge, corporificando os sentidos, é garantido pelo que temos observado se constituir como um *movimento de esquematização*, isto é, um funcionamento de leitura que possibilita dar visibilidade ao modo de formulação de materiais constituídos pela demanda informacional e compostos pela imbricação material. Haveria um redimensionamento espacial marcado pelo *movimento de esquematização* e pela demanda de velocidade, que sobredeterminaria o funcionamento da leitura, produzindo a reorganização textual dessa prática.

Referências

CALDEIRA, Ilton. **O boi em pedaços.** Disponível em <http://economia.ig.com.br/preco+da+carne+deve+se+manter+em+alta+por+mais+dois+anos/n1238096395769.html>. Acesso em 07 mar.2012.

CHARTIER, Roger. Da história da cultura impressa à história cultural do impresso. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, Vol. 28, No 1 (2005). Disponível em <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/viewArticle/892>. Acesso em 02 dez. 2012.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo na memória. In: INDURSKY, F. et al. (org.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras.** São Carlos - SP: Claraluz, 2009.

MARIANI, Bethania. Discurso e Instituição: a Imprensa. In **Revista Rua**, Campinas, n° 5, 1999, p. 47-61.

NUNES, Silvia R. **A injunção clique-link como forma material no infográfico eletrônico: trajetos de leitura.** Disponível em <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/5SEAD/SIMPOSIOS/SilviaReginaNunes.pdf>. Acesso em 30 nov. 2012.

ORLANDI, Eni P. Claude Lévi-Strauss, Michel Pêcheux e o estruturalismo. In **Revista Comciência**, n.108, 10 mai. 2009. Disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=46&id=547>. Acesso em 28 jun. 2012.

_____. Silêncios: Presença e Ausência. **Revista Comciência**, n.101, 10 set. 2008. Disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=38&id=456>. Acesso em 15 jun.2012.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos.** Campinas - SP: Pontes, 2005.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas – SP: Pontes, 2001.

_____. **Discurso e argumentação: um observatório do político.** In: Fórum Lingüístico, Florianópolis: n. 1 (73-81), jul-dez. 1998.

PÊCHEUX, Michel. Análise sintática e paráfrase discursiva. In ORLANDI, E. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux textos selecionados. Tradução de Cláudia Pfeiffer. Campinas – SP: Pontes, 2011a.

_____. Análise de discurso e informática. In ORLANDI, E. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux textos selecionados. Tradução de Cristiane Dias. Campinas – SP: Pontes, 2011b.

_____. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas – SP: Pontes, 2006.

_____. **Ler o arquivo hoje**. In ORLANDI, E. (Org.) Gestos de leitura. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

_____. Delimitações, inversões e deslocamentos, In **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 19, Campinas: Unicamp, 1990. p. 7-24.

Para citar essa obra:

NUNES, Silvia R. Práticas de leitura no infográfico eletrônico: trajetos, tropeços e movimentos. In. DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013, Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Endereço:

LABEURB - LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS

UNICAMP/COCEN / NUDECRI

CAIXA POSTAL 6166

Campinas/SP - Brasil

CEP 13083-892

Fone/ Fax: (19) 3521-7900

www.labeurb.unicamp.br/contato